



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Handwritten notes:
aprovado
unanimidade,
22/2/06

ACTA NÚMERO UM

ACTA DA 2.ª REUNIÃO DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA QUATRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E SEIS -----

----- Aos quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu na sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 29 de Dezembro de 2005 e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. -----

----- 2. -----

----- 3. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- 3.1. -----

----- 3.2. -----

----- 3.3. -----

----- 3.4. -----

----- 3.5. **PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2006 A 2009 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2006 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA:** -----

----- 3.6. **ISENÇÃO À ESPAÇO MUNICIPAL DO PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT), INCLUÍDAS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO NOVO CENTRO DIRECCIONAL DA MAIA:** -----

----- 3.7. **RECTIFICAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E**

ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS: -----

— 3.8. PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO (PER). ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE ACORDO CELEBRADO COM A EMPRESA LÚCIO DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, LDA.: -----

— 3.9. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL À QUAL CABERÁ DECIDIR DOS PEDIDOS DE INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO: -----

-----3.10. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M., DA MAI AMBIENTE, E.M., DA EMPRESA MUNICIPAL “TRANSPORTES URBANOS DA MAIA”, DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.M. E DA ESPACO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.M. *(para conhecimento)*.

----- Por motivo de ausência do seu Presidente, Senhor Luciano da Silva Gomes, a Mesa foi presidida pelo seu 1.º Secretário, Senhor Domingos de Jesus e Sousa, tendo sido secretariado pelos Senhores Deputados Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e Luis Miguel Machado dias, como 1.º e 2.º Secretários respectivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu os trabalhos com uma saudação aos presentes e desejou que todos tivessem tido umas Boas-festas e formulou votos de um Bom Ano. Informou que devido à ausência do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, o Executivo far-se-ia representar pelo seu Vice-Presidente, Senhor Engenheiro António Domingos da Silva Tiago, cuja chegada estava ligeiramente atrasada. -----

----- Verificadas as presenças, constataram-se a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Luciano da Silva Gomes e ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Presidentes das Juntas de Freguesia de São Pedro

de Avioso e da Maia, Senhores Joaquim Guilherme da Costa Maia e Carlos dos Santos Teixeira, fizeram-se representar pelos seus Secretários, Senhora **Daniela Alíria da Silva Rodrigues** e Senhor **Mário Augusto da Costa Ramos**, respectivamente. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 1 e 2**. —

----- Passou-se de seguida ao:-----

----- 1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** propôs que, devido ao facto do Senhor Vice-Presidente da Câmara ainda não ter chegado, os trabalhos se iniciassem pelo ponto 3.9, pois tratava-se de uma eleição e não era necessária a sua presença, devendo de seguida ser retomada a normal Ordem de Trabalhos. -----

----- A proposta foi aceite por todos os presentes. -----

----- 3. 9. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL À QUAL CABERÁ DECIDIR DOS PEDIDOS DE INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO.-----

----- Foram apresentadas duas listas concorrentes. -----

----- **Lista A** – da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, “Primeiro as Pessoas”, com o nome do Senhor Deputado Luis Miguel Machado Dias, conforme Proposta, apresentada pelo respectivo Grupo Parlamentar, que faz parte integrante da acta como **documento 3**. -----

----- **Lista B** – do PS, com o nome da Senhora Deputada Maria Luísa Dias Barreto, conforme Proposta apresentada pelo respectivo Grupo Parlamentar, que faz parte integrante da acta como **documento 4**. -----

----- Os 43 Deputados presentes foram chamados a proceder à votação por escrutínio secreto.

----- As listas candidatas tiveram os seguintes resultados: Lista A – 25 votos; Lista B – 14 e 4 votos brancos. -----

----- 3. 5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÊNIO DE 2006 A 2009 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2006 DOS SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA; -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante desta acta como documento 5. Por não saber o que era o Agromat pediu que o informasse. -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA iniciou a sua intervenção referindo um assunto que já fora objecto de intervenção de três Senhores Deputados, na última Reunião da Assembleia Municipal: a paralisação das obras na Urbanização do Lidador e na Bouça Grande para substituição da rede de água e repavimentação dos arruamentos, iniciadas no ano de 2005, cuja conclusão estava referida na página 4 para o ano de 2007, apesar de, no parágrafo anterior da mesma página, referir o corrente ano. Disse que compreendia as razões apresentadas pela demora e pediu celeridade na execução para acabar com o transtorno dos moradores. Sobre o Orçamento global, e no capítulo das receitas, no valor de 17 063 000,00 Euros, referiu o peso de 67% deste valor, 11 412 000,00 Euros, proveniente da venda de água, tarifa de utilização e disponibilidade de saneamento e a taxa de ligação de saneamento. Os restantes 33% eram provenientes de verbas comunitárias e de ligações domiciliárias de água e de saneamento. Sobre as despesas realçou, pela negativa, o peso 34% do Orçamento total destinado a Investimentos e os outros 66% eram divididos - 21% para Despesas com Pessoal e os restantes 45% para aquisição de Bens e Serviços. Considerou de negativa e de má gestão a verba de 5 736 000,00 Euros destinada a Investimentos, pois esta deveria ser superior à destinada à Aquisição de Bens e Serviços, 7 533 000,00 Euros. Considerou de excessiva a verba destinada ao pagamento de horas extraordinárias, 230 000,00 Euros. Sobre a situação financeira disse que esta se vinha degradando ao longo dos últimos anos, apesar dos resultados serem positivos. Colocou ainda duas questões. A primeira, sobre investimentos, objectivos e

planificação de acções de modernização - estava prevista a implementação de métodos de leitura e medição tecnologicamente mais avançados, nomeadamente telegestão, automação e telemetria. Informou que as Águas do Douro e Paiva, empresa que captava, tratava e fornecia água ao Concelho, já tinha instalada nas suas condutas cerca de 300 quilómetros de fibra óptica, tendo por objectivo uma futura cedência ou aluguer a empresas de telecomunicações, nomeadamente Internet. Sobre este assunto, perguntou porque razão os SMEAS referiam como grande objectivo um sistema de monitorização que já existia, mas que deveria ser alargado à rede municipal. Sugeriu ao SMEAS uma negociação com as Águas do Douro e Paiva. A segunda questão era sobre o fornecedor da água ao Concelho, já referido. O sistema de fornecimento de água tinha, como os demais, diversas vulnerabilidades. Para colmatar esta situação, estava em curso a realização do que designou de "Auto-estradas da Água", que passava pela interligação dos diversos grandes fornecedores de água, designadamente as Águas do Cávado e Águas do Douro e Paiva. Esta interligação iria permitir que determinada população tivesse um fornecimento de água alternativo no caso do seu fornecedor habitual, por qualquer razão, falhar. No Orçamento em discussão, no capítulo de Investimento, estava referida uma verba de 2 258 887,00 Euros para captação e distribuição de água. Pediu para ser informado qual o destino desta verba e se a mesma estava incluída a interligação das duas redes fornecedoras de água atrás referidas. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que se estava a analisar o Orçamento dos SMEAS, e ele fazia-o com orgulho, da mesma forma que o fizera, há dias, em relação ao Orçamento da Câmara. Disse que quem quisesse usar a tribuna da Assembleia Municipal para intervir sobre o SMEAS, deveria conhecer minimamente esta Instituição bem como as regras que regem a elaboração de um Plano e de um Orçamento, baseadas no

POCAL, e não fazer declarações de forma arbitrária e reveladoras de uma elementar falta de conhecimento. Disse que quem referia que: “O Plano e o Orçamento dos SMEAS limitam-se a alinhar acções e números, com fraca explicação relativamente à razão de ser das acções e sem qualquer explicação”, não conhecia as regras do POCAL. Considerou que para se falar dos SMEAS era necessário ter uma visão histórica da empresa e o BE ao falar em público deveria conhecê-la melhor e por ter revelado um profundo desconhecimento, não deveria abster-se na votação mas do uso da palavra. Um Senhor Deputado que não sabia o que era o Agronat deveria visitar a ETAR de Parada, para ficar a saber que com o aproveitamento das lamas lá produzidas, as transformavam num fertilizante orgânico natural, pelo processo da compostagem que garantia a melhoria das propriedades físico-químicas e biológicas dos solos que as recebiam. Este fertilizante era comercializado com a designação de AGRONAT, considerado um produto de excelência, muito procurado no país e no estrangeiro. A mesma empresa constituiu um projecto, pioneiro a nível nacional, através do biogás produzido, aproveita e utiliza-o como fluido de queima nas caldeiras de produção de água quente ou na digestão anaeróbia das lamas para produção de energia eléctrica. Informou ainda que o SMEAS possuía uma rede de saneamento própria, com mais de 500 Km de extensão e que cobria 98% da área do Concelho, constituindo a mais extensa rede de toda a Região Norte, e a mais bem equipada do país, colocando o Município da Maia ao nível das áreas mais avançadas da Europa Comunitária. —————

Informou ainda que, associadas ao sistema de tratamento de saneamento, os SMEAS dispunham de três ETAR's: Parada, Cambados e Ponte de Moreira, que faziam da Maia a única no país nesta área. Estes factos provavam que o SMEAS era uma empresa de excelência, com resultados brilhantes e que deveria ser motivo de orgulho de todos. Sobre a percentagem atribuída ao investimento, disse que seria difícil atingir um patamar mais elevado do actual, pois tinham de comprar a água que forneciam aos Municípios e com quatro milhões de metros

cúbicos de água não seria fácil atingir padrões de superior perfeição. Sobre as críticas à gestão, considerou de ambiciosa, mas assente em pressupostos sábios e sempre atentos às mudanças do Mundo e às inovações tecnológicas, que colocavam os Serviços Municipalizados da Maia na linha da frente dos seus congéneres nacionais. Louvou a Câmara Municipal por ter uma empresa modelar e corajosa que soube escolher o caminho do progresso e um modelo a seguir.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que a ETAR de Parada e o aproveitamento das lamas aí operado era único no país. Informou que haviam Municípios na Grande Área Metropolitana do Porto que não dispunham de Etar's e os que as tinham, não sabiam o destino a dar às lamas provenientes da compostagem. Se um Senhor Deputado considerou de "laudatório" o texto inicial, falava verdade. O tipo de gestão dos Serviços Municipalizados da Maia deveria ser seguido por outros Municípios. Sobre o pedido de reinício das obras na freguesia de Vila Nova da Telha, informou que na próxima segunda-feira, seriam tomados os procedimentos legais que possibilitassem a continuidade dos trabalhos, que poderia passar pelo ajuste directo. O orçado para horas extras, considerado exagerado, era devido não facto dos SMEAS estarem 24 horas por dia ao serviço dos cidadãos e para que tal fosse possível teria de dispor de um serviço permanente. A verba destinada a Investimentos, de valor inferior à destinada a Aquisição de Bens e Serviços, era um sinal de uma boa e atenta gestão, pois tornava-se necessário fazer uma adequada substituição da rede antiga, que utilizava o fibrocimento, por uma nova e com novos materiais. Além disso, o pavimento onde era colocada uma nova rede de água ou saneamento era repostado pelos SMEAS. Sobre monitorização, telegestão, automação, telemetria, interligação de redes e fibra óptica informou que os SMEAS eram líderes nestas áreas. Realçou o facto da Maia ser o único Município que estava interligado da rede das Águas do Douro e Paiva à rede das Águas do Cávado. Sobre a instalação de fibra óptica disse que não só já estavam a instalá-la em toda a rede como já estavam a preparar uma regulamentação visando a taxa a cobrar às empresas que a vierem a

utilizar. O Agronat e o biogás era a prova de excelência das nossas ETAR's. O Programa Recrimaia era outro exemplo, que por ser único na Maia, deveria ser seguido noutros Municípios, pois através dele as famílias mais desfavorecidas poderiam fazer a ligação dos seus domicílios à rede de água e à de saneamento sem encargos. -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA pediu a palavra para esclarecer que a qualidade da água emanada da empresa Águas do Douro e Paiva era de excelente qualidade, pois era um dos responsáveis por isso. Informou que o sistema de fibra óptica existente na rede da empresa Águas do Douro e Paiva, permitia a monitorização dos caudais, recolha de amostras e avaliação da qualidade da água em todo o trajecto. A Empresa estava a negociar a cedência deste sistema a outras que utilizam sistemas digitais através da fibra óptica. Perguntou se os SMEAS estariam também interessados na sua utilização. Sobre a justificação aos gastos com as horas extras, esclareceu que, apesar de não ser um assunto relevante, o pessoal que prestava o serviço permanente tinha um horário por turnos e por esta razão, não poderia ser a razão pelo elevado valor orçamentado para horas extraordinárias. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA concordou com o esclarecimento do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira sobre o sistema de fibra óptica, uma vez que as Águas do Douro e Paiva o tinham na sua rede, que na área do Município da Maia, ia do Reservatório de Pedrouços ao de Silva Escura, porém, a rede municipal da Maia tinha o seu e que, há cerca de dois anos, os SMEAS tinham assinado com as Águas do Douro e Paiva um Protocolo para a sua cedência, logo que estivesse disponível. Sobre as horas extraordinárias, esclareceu que o pessoal de piquete, que trabalhava por turnos, de segunda a sexta-feira, era chamado a intervir aos Sábados, Domingos, Feriados e para fazer substituições por absentismo, e nestes casos presumia que os SMEAS recorriam a horas extraordinárias. -----

----- Posto o ponto 3.5 à votação **foi aprovado por maioria** com três abstenções: duas dos Senhores Deputados do BE e a do Senhor Deputado do Partido Socialista Helder da Costa



Pereira Ribeiro. -----

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO pediu a palavra para fazer uma declaração de voto e fazer uma interpelação à Mesa. Disse que se abstivera pois não tinha recebido qualquer documentação para poder em consciência votar este e os demais pontos da Ordem de Trabalho. Sobre a interpelação formulou as seguintes perguntas: "Qual o motivo porque Vossa Excelência não permite que eu use da palavra no local em que me encontro sentado? A segunda pergunta é saber se, sim ou não, esta Sessão da Assembleia Municipal está a ser gravada em suporte áudio e, eventualmente, em suporte vídeo? Se sim, se esta Assembleia Municipal se encontra munida da devida autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais?". -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que os Senhores Deputados falavam da tribuna para possibilitar a gravação em suporte áudio, a fim de permitir uma melhor feitura da respectiva acta. Sobre os dados, informou que estes eram da exclusiva utilização da Assembleia Municipal. -----

----- **3. 6. ISENÇÃO À ESPACO MUNICIPAL DO PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT), INCLUÍDAS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO NOVO CENTRO DIRECCIONAL DA MAIA;** -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA pediu a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **3. 7. RECTIFICAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS;** -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto 3.7 à votação, **foi aprovado por maioria** com três abstenções: duas dos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda e a do Senhor Deputado do PS Helder da Costa

Pereira Ribeiro. -----

— 3. 8. PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO (PER). ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE ACORDO CELEBRADO COM A EMPRESA LÚCIO DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, LDA; -----

— Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----
SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 7. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que, ele próprio, se encarregaria de providenciar o envio oportuno ao Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira os elementos por ele solicitados, os quais incluíam a situação habitacional do Concelho. -----

— Posto o ponto 3.8 à votação, foi **aprovado por maioria** com a abstenção do Senhor Deputado Helder da Costa Pereira Ribeiro. -----

— 3.10. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M., DA MAI AMBIENTE, E.M., DA EMPRESA MUNICIPAL “TRANSPORTES URBANOS DA MAIA”, DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.M. E DA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANO E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.M. (PARA CONHECIMENTO). -----

— Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----
SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA disse que a documentação recebida não era suficiente para a sua força política ter uma visão mais profunda das Empresas Municipais. Pediu que aos Senhores Deputados fosse enviada documentação e que se promovessem reuniões com os responsáveis das Empresas Municipais, uma vez que o Bloco de Esquerda era a primeira vez que tinha representatividade na Assembleia Municipal e necessitava desse conhecimento, tendo por objectivo uma melhor preparação dos seus trabalhos nesta área. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a documentação ser-lhe-ia enviada, desde que o solicitasse por escrito ao Senhor Presidente da Assembleia. -----

--- E sendo vinte e três horas e vinte e cinco minutos do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa em exercício: Presidente da Assembleia Municipal, Domingos de Jesus e Sousa, pela 1.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pelo 2.º Secretário, Luis Miguel Machado Dias.-----

O Presidente:

A 1.ª Secretária:

O 2.º Secretário:

Aos quatro dias do mês de Janeiro de 2006, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, no Salão D. Manuel I na segunda reunião da quinta sessão ordinária, para tratar os assuntos constantes do Edital, para o efeito publicado.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avioso, S. Pedro fez-se representar pela Secretária da mesma Junta Daniela Aliria da Silva Rodrigues. O Senhor Presidente da Junta da Maia fez-se representar pelo Secretário da mesma Junta Mário Augusto Ramos.

Feita a chamada verificou-se a falta do Senhor Deputado Luciano da Silva Gomes.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 3.9 – Deram entrada na Mesa duas propostas, uma da coligação do PPD PSD CDS PP com o nome do Senhor Deputado Luís Miguel Machado Dias e outra do PS com o nome da Senhora Deputada Maria Luísa dias Barreto. A primeira com a letra A e a segunda com a letra B.

Posta a votação, obteve-se o seguinte resultado:

Votos Brancos – 4

Lista A – 25

Lista B – 14

Ponto 3.5 – Para a discussão desse ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: Silvestre Pereira, Andrade Ferreira, Marques Gonçalves e António Fernando.

O Senhor Vice – Presidente da Câmara deu os esclarecimentos por si entendidos.

O Senhor Deputado Andrade Ferreira usou da palavra para pedir esclarecimentos.

O Senhor Vice – Presidente pediu esclarecimentos.

Posto o ponto à votação foi aprovado por maioria com três abstenções.

O Senhor Deputado Helder Ribeiro usou da palavra para fazer declaração de voto e uma interpelação à Mesa.

Ponto 3.6

O Senhor Vice – Presidente da Câmara pediu a retirada deste ponto.

Ponto 3.7

Não houve inscrições.

Posto à votação foi aprovado com maioria com três abstenções.

Ponto 3.8

Para a discussão deste ponto inscreveu-se o Senhor Deputado Silvestre Pereira.

O Senhor Vice – Presidente deu esclarecimentos.

Posto o ponto à votação foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Ponto 3.10

Para este ponto usou da palavra o Senhor Deputado Silvestre Pereira.

Sendo 23 horas e 25 minutos foi encerrada a presente sessão.



JUNTA DE FREGUESIA DE AVIOSO S. PEDRO
MUNICÍPIO DA MAIA

TELEFONE 9810681
4470 AVIOSO S. PEDRO

Doc. 1
R

EXMO. SR. DR. LUCIANO GOMES
PRESIDENTE DE MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
OF-3/2006

Data
04/01/2006

Assunto:

Pelos termos da lei em vigor, em virtude de indisponibilidade do presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Avioso em exercício, o mesmo faz-se representar pelo 1º vogal do executivo, Daniela Alfría da Silva Rodrigues.

Sem outro assunto de momento me subscrevo com estima e consideração,

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,



**JUNTA DE FREGUESIA
DA
MAIA**

Doc. 2
M
7-7-
h

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça Dr. Vieira de Carvalho
4470-000 MAIA

Maia, 4 de Janeiro de 2006

Exmo. Senhor

Com os meus melhores cumprimentos, sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que por me encontrar ausente, não poderei participar na 2ª Reunião da 5ª Sessão da Assembleia Municipal que se realiza hoje.

Assim, informo que me farei representar pelo Sr. Mário Augusto Costa Ramos, Secretário do executivo e meu Substituto Legal.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

Atentamente
O Presidente da Junta
(Carlos Santos Teixeira)



A
H
P

ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA NA COMISSÃO MUNICIPAL À QUAL CABERÁ DECIDIR DOS PEDIDOS DE INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 7º DA LEI Nº 12/2004 DE 30 DE MARÇO.

PROPOSTA

Proposta do Grupo Parlamentar da Coligação "Primeiro as Pessoas" PPD/PSD-CDS/PP, para Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal à qual caberá decidir dos pedidos de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho, ao abrigo do disposto no artigo 7º da Lei nº 12/2004 de 30 de Março.

➤ LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS

Maia, 28 de Dezembro de 2005

O Grupo Parlamentar da Coligação "Primeiro as Pessoas" PPD/PSD-CDS/PP





Asssembleia Municipal da Maia – Grupo Parlamentar do Partido Socialista

B

12

17

18

PROPOSTA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representar a Assembleia Municipal da Maia na **COMISSÃO MUNICIPAL** que deverá decidir sobre os pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho, o nome da deputada

MARIA LUÍSA DIAS BARRETO

Maia, 4 de Janeiro de 2006-01-04

O Líder do Grupo Parlamentar

Andrade Ferreira

1/2 8 3 7 2005

4. POSIÇÃO DO BE RELATIVAMENTE AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E O ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA

WPH

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Senhoras e senhores deputados municipais,
Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores
Senhor Director dos SMAS

Ao analisarmos o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, sentimos que este documento padece dos mesmos vícios de outros documentos similares aqui apresentados pela Câmara Municipal. Registámos, nomeadamente, a fraca justificação dos valores apontados nas diversas rubricas orçamentais...

Assim, além dos costumados, e em nosso entender desnecessários, encómios laudatórios — veja-se, por exemplo, a página 7 do capítulo 3 — o Plano e o Orçamento dos SMAS limitam-se a alinhar acções e números, com fraca explicação relativamente à razão de ser das acções e sem qualquer explicação relativamente à razoabilidade dos números.

Ora, tendo este documento sido apresentado em Dezembro e conhecendo os SMAS — ou devendo conhecer — a evolução operada em 2005 nas diversas rubricas orçamentais, seria natural e desejável que fossem dadas explicações para as previsões, justamente com base no ocorrido até esse momento.

Mas não... O documento limita-se a apontar que irão ser arrecadadas receitas de água no valor de 6,3 milhões de euros, de Agromat 425 mil euros, de ligação de saneamento 912 mil euros, de conservação de saneamento, 2,1 milhões de euros, etc.

Mas não nos indica se esses valores são maiores ou menores do que os que foram previstos em exercícios anteriores. Se são maiores ou menores do que aqueles que se antecipa que venham a ser recebidos este ano com base nos valores já alcançados.

E, muito menos, nos dá qualquer explicação para tais variações.

Ora, em nosso entender, o orçamento de um serviço público deve responder, com transparência, a estas questões. Qualquer número orçamental com algum significado deve ser justificado, com base tanto no seu comportamento passado como nas expectativas da sua evolução futura. Cremos que é esse trabalho de justificação que poderá conferir credibilidade aos números de um plano e orçamento.

Ora, este Plano e este Orçamento dos SMAS da Maia não nos parecem cumprir esse requisito. E, assim, não podem ser credores da nossa aprovação. Damos-lhes, no entanto, o benefício da dúvida, uma vez que, apesar de tudo, medindo as respectivas distâncias, nos parecem bem mais credíveis do que o Plano e o Orçamento da Câmara Municipal. Por isso, os deputados municipais do Bloco de Esquerda irão abster-se na votação desta matéria.

Maia, 4 de Janeiro de 2006

Silvestre Pereira B.E.

Ex.mo SrºPresidente da A.M.
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara
Ex.mos Srº Secretarios
Ex.mos Senhores Vereadores
Caros Colegas
Estimado Publico
Comunicação Social

As minhas primeiras palavras são de apreço pela qualidade e rigor do documento em discussão, que traduz uma clara orientação estratégica, marcada por um conjunto de novas acções que continuarão a afirmar a Maia como um dos municípios mais desenvolvidos no contexto nacional.

O Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento Ordinário para o ano de 2006 são o suporte desse modelo de desenvolvimento, alicerçado numa contínua melhoria das nossas redes e numa permanente rentabilização das importantes infra estruturas existentes, a par da necessária modernização dos métodos de monitorização.

O Orçamento da Despesa e da Receita, alicerce financeiro daquele instrumento atinge um valor de 17,063 milhões de euros. Dando continuidade a um principio de uma correcta e sã gestão financeira, verifica-se que as Receitas Correntes respondem a cerca de 70% do Total da Receita, constituindo um

dos vectores principais para a sustentabilidade da capacidade de investimento.

12
13
14

De salientar ainda o importante contributo das verbas provenientes de Fundos Comunitários que atestam a validade dos projectos e das respectivas candidaturas. do Município.

O serviço da dívida, distribuído entre Passivos Financeiros e Juros e Encargos, possui um valor inexpressivo no total da Despesa.

Mas a transparência dos numeros fale por si e dispensa quaisquer outros comentários.

Para si , Srº Presidente da Câmara , uma palavra final de felicitação. A recente negociação levada a cabo com a Administração da EDP realça, uma vez mais, a sua serenidade e capacidade de negociação, traduzida no excelente acordo alcançado.

Realça igualmente a falta de sentido de responsabilidade daqueles que, no passado e a pretexto desta matéria, sempre valorizaram unicamente a dívida titulada em desfavor da validade da nossa argumentação que sempre se afirmou coerente e sustentada.

Uma vez mais o tempo deu-nos razão

João - Carlos Gomes

3a

H

3.8 2. POSIÇÃO DO BE RELATIVAMENTE AO PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO (PER) E À ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE ACORDO CELEBRADO COM A EMPRESA LÚCIO DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, LDA

secretário

Senhor ~~Presidente~~ da Assembleia Municipal da Maia
Senhoras e senhores deputados municipais,
Senhor ~~Presidente~~ da Câmara e Senhores Vereadores presentes
VICE

Os deputados municipais do Bloco de Esquerda não têm qualquer razão para discordar da alteração proposta nesta matéria e, por isso, irão votá-la favoravelmente.

No entanto, gostaríamos de aproveitar a discussão deste ponto, para solicitar uma informação mais detalhada à Câmara Municipal sobre a situação concreta em que se encontra, neste momento, a execução do Programa Especial de Realojamento no concelho, nomeadamente o número de fogos construídos e o número de fogos já ocupados, face às previsões iniciais deste Programa.

Além disso, cremos que seria importante termos informações claras sobre as previsões da Câmara relativamente à conclusão do PER, iniciado há mais de 10 anos e que deveria ter sido concluído até 2000.

Finalmente, considerando as graves carências que afectam ainda muitas famílias pobres, algumas das quais vivem em situações degradantes e humanamente intoleráveis, e considerando ainda os problemas de realojamento criados com a demolição do Bairro do Sobreiro, gostaríamos de saber se existe, ou se está previsto ser realizado a curto prazo, qualquer levantamento das carências habitacionais no concelho e se, além do actual PER, a Câmara prevê — e para quando — o lançamento de novos programas de habitação social.

Maia, 4 de Janeiro de 2006